



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 14, v. 2

nov.2020-abr.2021

p. 206-224

“Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”¹: a heteronormatividade como constituinte das relações socioafetivas e das territorialidades das Repúblicas Masculinas Federais de Ouro Preto, Minas Gerais

*(“Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”:
heteronormativity as part of social and affective relations and
territorialities in the fraternities of Ouro Preto, state of Minas Gerais, Brazil)*

*(“Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”:
Heteronormatividad como constituyente de las relaciones socio-afectivas y
territorialidades de las Residencias Universitarias Masculinas de Ouro Preto, Minas Gerais)*

Yuri Alexandre Estevão-Rezende²
Marcus Vinícius Pereira das Dores³

RESUMO: Em tempos de repressão e limitação de direitos, o presente artigo vem colocar em foco discussões acerca da heteronormatividade no ambiente republicano da tradicional cidade histórica mineira Ouro Preto. A cidade, a casa, a rua não são categorias meramente geofísicas, mas políticas, sociais e afetivas. Nesse sentido, esses espaços carregam uma série de dispositivos normativos morais e sexuais, que pressupõem também a (re)produção da heteronormatividade. Uma república estudantil pode ser “hétero”? Um espaço de heteronormatividade demarcada? Quais os limites dos acionamentos identitários sexuais desses espaços privados? Como eles são negociados e reafirmados dentro de um contexto urbano e de sociabilidade estudantil? São essas inquietações que, ao longo deste texto, pretendemos discutir e aprofundar. Em um primeiro momento, articulando heteronormatividade e espaço, discutimos a relação entre a ocupação dos espaços, a construção da identidade

1 De forma metafórica, o título deste artigo “Com quantos quilos de medo se faz uma tradição” – parte da música “Senhor Cidadão”, de Tom Zé – nos faz questionar se, em nome da tradição, tudo é possível e quantos quilos de medo (de si e do outro) tem a tradição homofóbica? As versões em inglês e em espanhol desse título seriam: “How many kilos of fear does it take to make a tradition?” e “¿Con cuántos kilos de miedo se hace una tradición?”. Por reconhecermos que cada língua codifica de maneira diferente a realidade, optamos por não traduzir, no corpo deste texto, essa construção metafórica.

2 Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidades, GESEX/UFMG. E-mail: yurirezende14@hotmail.com.

3 Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, com bolsa da CAPES. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marcusdores@usp.br.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 08/05/2019

Aceito em 27/07/2020

territorial deles e a produção de territorialidades. Apresentamos, também, em forma de atos, como a heteronormatividade constitui a sociabilidade dentro das repúblicas.

PALAVRAS-CHAVE: Heteronormatividade. Relações socioafetivas. Repúblicas Masculinas Federais de Ouro Preto.

Abstract: In times of repression and loss of rights, our paper focuses on discussing heteronormativity regarding the university fraternity environment in the traditional and historical city of Ouro Preto, state of Minas Gerais, Brazil. The city, the house, and the street are not only geophysical, but also political, social and affective categories. Thus, these spaces carry both sexually and morally normative devices, which also assume the heteronormativity (re)production. Can a fraternity be “straight”? A delimited heteronormative space? What are the limits of sexual identity activation of these private spaces? How is this activation negotiated and reiterated in an urban and student sociability context? In this paper, these questions are addressed and deeply treated. First, we discuss the links between space occupation, and their territorial identity construction, and the production of territorialities by relating heteronormativity and space. We also show actions to illustrate how heteronormativity builds up sociability inside fraternity houses.

Keywords: Heteronormativity. Socioaffective relationships. Ouro Preto’s fraternity houses.

Resumen: En tiempos de represión y limitación de derechos, el presente artículo se centra en discusiones sobre la heteronormatividad en el ambiente de república en la tradicional ciudad histórica de Ouro Preto, Minas Gerais. La ciudad, la casa, la calle no son categorías meramente geofísicas, sino políticas, sociales y afectivas. En este sentido, esos espacios cargan una serie de dispositivos normativos morales y sexuales, que presuponen también la (re)producción de la heteronormatividad. ¿Puede ser “heterosexual” una república estudiantil?, ¿un espacio de heteronormatividad demarcado? ¿Cuáles son los límites de los accionamientos identitarios sexuales de esos espacios privados? ¿Cómo son negociados y reafirmados dentro de un contexto urbano y de sociabilidad estudiantil? Se pretende discutir y profundizar esas inquietudes a lo largo de este texto. En un primer momento, articulando heteronormatividad y espacio, se discute la relación entre la ocupación de los espacios, la construcción de su identidad territorial y la producción de territorialidades. También se presenta, en forma de actos, cómo es que la heteronormatividad constituye la sociabilidad dentro de las repúblicas.

Palabras clave: Heteronormatividad. Relaciones socioafectivas. Repúblicas masculinas federales de Ouro Preto.



1. Introdução

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras (A Ordem do Discurso, Michel Foucault, 1970, p. 36)

[...] territorialidades modernas são extremamente complexas e variadas. Um são sobretudo folclóricas, mas não deixam de representar forças sociais e eventualmente políticas [...] (O Anti- Édipo, Gilles Deleuze e Félix Guattari, 2010, p. 341)

A heterossexualidade é um regime político [...] (On the social contract, Monique Wittig, 1992, p. 34)

A modernidade demarca uma transformação nas dinâmicas de poder. Como explica Foucault, o poder passa a atuar como normatizador, naturalizador e, também, como repressor/opressor. O poder, por sua vez, pode se implementar por meio de instituições: escola, igreja, Estado, prisão etc. O uso das técnicas de disciplina nesses ambientes (re)criam os sujeitos, ou seja, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. (FOUCAULT, 2008, p. 164) Como alerta o pensador ora citado, a disciplina é o meio pelo qual se opera, na contemporaneidade, as relações de poder: “a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal”. (p. 203) Dessa forma, Foucault abre caminho para pensarmos como o poder operacionaliza, controla e disciplina os corpos e as sexualidades, demarcando-os e padronizando-os, conforme a norma.

Foucault assegura, também, que a horizontalidade das relações de poder trata de marcar os corpos, as práticas sexuais e as representações de gêneros sob os signos do normal ou patológico. A disciplina está então em tudo, principalmente na casa, lugar primeiro onde é (re)produzida a ordem moral e sexual, espaço de sociabilidade e negociação e, por esse posto, lugar de ‘heteronorma’.

Desse modo, queremos levantar as seguintes questões: uma república estudantil pode ser “hétero”? Pode ser um espaço de heteronormatividade demarcada? Quais os limites dos acionamentos identitários sexuais dos espaços privados? Como eles são negociados e reafirmados dentro de um contexto urbano e de sociabilidade estudantil? São essas inquietações que, ao longo deste texto, pretendemos discutir e aprofundar. Para tanto, tomamos como objeto de exemplificação (e até de análise) repúblicas federais masculinas de Ouro Preto, Minas Gerais.

De forma estrutural, neste artigo, faremos um apanhado de como as “tradições republicanas” heterossexualizam as relações e sociabilidades existentes dentro das repúblicas



federais, demarcando, assim, esses espaços enquanto ambientes (re)formadores de uma identidade heterossexual. Apontaremos também os conflitos advindos do processo de heterossexualização, abordando, então, as microviolências e resistências geradas dentro e fora do contexto estudantil/universitário da cidade de Ouro Preto (MG). Nesse último ponto, tomaremos como partida nossa experiência etnográfica para discorrer sobre esse tema. Enquanto ex-alunos da Ufop, estávamos inseridos, em alguma medida, no contexto das repúblicas e, subjetiva ou objetivamente, fomos marcados por experiências de preconceito e resistência frente a esse espaço heterocentrado (ou, pelo menos, testemunhamos algumas experiências).

A seguir, abordaremos questões relacionadas à natureza dos espaços para pensar a construção da identidade territorial das repúblicas federais masculinas de Ouro Preto.

2. Territórios e territorialidades: a construção da identidade territorial

Historicamente, as ocupações do espaço ocorreram por motivações sociais, econômicas e políticas. Santos (2002, p. 64) pondera que o espaço deve ser entendido como fruto das relações sociais e que sua produção é “resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais”. Desse modo, os usos e as transformações do espaço ocorrem simultâneos e intrínsecos às relações humanas. Trata-se, portanto, de um diálogo entre elemento físico e signos sociais, ambos responsáveis por atribuírem ao espaço identidade, sentido, forma e imagem, o que permite criar e recriar espaços, territórios e territorialidades.

É preciso também entender o espaço na vida social para que, assim, seja possível romper com análises geofísicas e geosociais limitadas, afinal, a dinamicidade das relações sociais contribui, diretamente, para atribuir esse mesmo caráter dinâmico ao espaço. (FREHSE, 2013) Mais ainda, estudando a constituição dos espaços, sejam eles públicos ou privados, é possível traçar uma leitura contundente sobre a cultura e sobre as relações sociais no Brasil, como salienta DaMatta (1997). O antropólogo debruçou-se sobre a relação dicotômica entre a “casa” e a “rua. Nesse sentido, o enfoque do trabalho que aqui desenvolvemos é o contexto urbano, seus territórios e suas territorialidades, enquanto processos de relações de poder hegemônicas e resistentes e seus significados, para se pensar também as identidades estrategicamente a eles vinculadas. Por isso, torna-se fundamental prosseguirmos nas discussões conceituais.

As atividades científicas, profissionais e sociais, de um modo geral, implicam, em certa medida, em usos de termos especializados. Há um costume significativo da população em utilizar termos como território, lugar, espaço e espacialidade como sinônimos. Em uma análise inicial, mesmo não existindo relações sinonímicas perfeitas, esses usos não são totalmente



equivocados. Apesar de tais termos possuírem significados diferentes, é a partir do espaço que se constroem e se produzem os territórios, os lugares e as espacialidades. Porém, esses termos, apesar de dialogarem entre si no discurso científico, necessitam ser delimitados e aprofundados de modo que não se reproduza uma visão simplista sobre as dinâmicas socioespaciais que determinam tais terminologias.

O território, segundo Raffestin (1993), é construído por meio de uma apropriação do espaço em que o ator social, ao se apropriar, concreta ou abstratamente, desse espaço, passa a territorializá-lo. Trata-se, portanto, de uma ação de trabalho – seja de energia ou de informação – que se projeta no espaço, marcando-o e demarcando-o mediante as relações de poder. Para distinguir ainda mais esses dois termos (espaço e território), Raffestin (1993, p. 95) considera que se “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Em Lefebvre (1978, p. 140), encontramos uma explicação sobre os processos e os mecanismos que, por meio da ação humana, transformam o espaço em território: “[a] produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc.”.

Ao continuar suas considerações sobre o território, em *Por uma geografia do poder*, Raffestin traz à tona as ações e os processos sociais que operam na escolha de determinado espaço por grupos e pessoas, transformando-o, assim, em território. O geógrafo, ora citado, reconhece que isso ocorre por uma questão de acessibilidade e de função, mas atenta para uma análise mais profunda, ao revelar que atrás dessas escolhas há uma teia de relações de poder que atuam na hierarquização desses territórios. (RAFFESTIN, 1993, p. 97) Ele ainda acrescenta: “esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído”. (1993, p. 98) Conclui, por conseguinte, que o sistema territorial é, ao mesmo tempo, produto e meio de produção das relações de poder. Dessa forma, podemos afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação social, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. (HAESBAERT, 2004, p. 95-96)

É importante, ademais, entender a diferença entre território e territorialidade. Ao analisar essa questão, Raffestin evidencia a necessidade da geografia para discutir o conceito de territorialidade com mais precisão. Para esse autor, a territorialidade está intrínseca a todas as escalas espaciais e sociais, ou seja, “é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 100)



Não obstante, o geógrafo afirma que, ainda que o território, por vezes, possua um caráter mais físico e rígido no espaço (com uma demarcação mais física), as territorialidades são mais flexíveis, sendo mais ou menos maleáveis de acordo com as dinâmicas sociais e de poder que as constroem. Sack (1986, p. 219) contribui, além disso, para analisar a territorialidade em seu aspecto de significação para o grupo e para o indivíduo:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Tem-se a necessidade de considerar ainda que, tanto no território quanto na territorialidade, há a construção de uma identidade territorial. O próprio caráter de disputa e de relações de poder que envolvem essas apropriações socioespaciais constitui-se de uma maneira de demarcação territorial. Ou seja, essas identidades territoriais construídas, estáveis ou instáveis, operam como formas de domínio, de pertencimento, de demarcação e de separação dos territórios e das territorialidades. (HEIDRICH, 2013)

Outrossim, Souza e Pedon (2007), analisando a constituição do território pelas relações de poder, ressaltam o seu caráter político, destacando, assim, a necessidade de se perceber os processos culturais e simbólicos que se juntam aos fatores políticos como determinantes na construção de uma identidade territorial. Isto posto, “o território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência, e da ação política”. (p. 137) Haesbaert (1997), por sua vez, corrobora também os fatores políticos, simbólicos e socioculturais que estão intimamente ligados ao desenvolvimento da identidade territorial na apropriação do território, mas focaliza sua argumentação, principalmente, no contexto simbólico e cultural:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. [...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo. (HAESBAERT, 1997, p. 41-42)

Sendo assim, os territórios e territorialidades consistem em uma ferramenta de legitimação, pois apresentam, em si, uma demarcação identitária simbólica e cultural. Entretanto, é fundamental, uma breve discussão sobre a noção de identidade.

Sobre a identidade, podemos entendê-la como construída socialmente e sintetizada em “[...] um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta



com outros”. (POLLAK, 1992, p. 209) Desse modo, Pollak nos adverte que, pelo fato de a identidade estar intimamente ligada ao altero e às relações sociais e de poder, ela não deve ser analisada como essência de um grupo, já que, por si só, é muito dinâmica e complexa para tal. Hall, em sua obra *Quem precisa de identidade*, afirma também que as identidades são constituídas a partir do discurso e que nós devemos analisá-las enquanto “[...] produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. (HALL, 2009, p. 109)

Nesse contexto, pensar em identidades territoriais requer levar em consideração a instabilidade, as formas como essas identidades se constroem na dinâmica da apropriação do território e como elas são percebidas e reproduzidas pelos grupos e pelos indivíduos. Os mecanismos estratégicos que as constroem, para que possam ser percebidas como os territórios hegemônicos, estão sempre em trânsito e em conflito. (DELEUZE; GUATTARI, 1997) Surgem daí as rachaduras de territorialidades não homogêneas e, por assim dizer, resistentes – processo ininterrupto de desterritorialização e reterritorialização, proposto pelos filósofos.

Segundo Deleuze e Guattari (1997), é necessário “pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas”. (p. 34) Esses processos ocorrem enquanto mecanismos do capital e do controle do Estado. Contudo, esses filósofos insistem que a subversão a essa processualidade institucional pode surgir ao assumirmos “linhas de fuga” dentro desse contexto ou, por assim dizer, nos desterritorializarmos e reterritorializarmos em fluxos contínuos. Promover rupturas com os discursos e com as práticas que nos condicionam a determinado lugar é sempre marcado pelo poder e pela disciplina. Assim, trata-se não apenas de se deslocar e realocar no território espacial, mas no território-corpo, sujeito, identidade, desejo, abrindo-se às novas margens do eu e de onde estamos situados, dentro de uma “cartografia” do “*socius*”.

2.1 A casa-território: a casa como república

Como estamos discutindo na seção, o território é, ao mesmo tempo, lugar e fruto das relações de poder e das relações socioafetivas. Assim, é também o lugar das normativas que o formam e o (re)produzem. A casa torna-se arquétipo fundamental nesse sentido. Enquanto territorialidade, é nela (na minha, na sua, nas nossas casas), a espacialidade primeira onde as regras do contrato social/moral são colocadas. É nesse ambiente, no seio familiar que se tem a produção intensiva – ou sua tentativa – de um sujeito centrado, normatizado e moral. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008) Em outras palavras, é dentro de casa que se produz um “eu”



– mesmo que primaz. Nesse sentido, para Foucault, a casa é um lugar de sítio, institucionalizada, mas nem por isso um espaço impenetrável ou irredutível, sem qualquer caráter complexo. (FOUCAULT, 1967)

Não obstante, quando se fala em território, a primeira imagem que vem à mente das pessoas é a geofísica. A casa foi também pensada nesse viés, mas, como diria DaMatta (1997, p. 8), tanto a casa quanto a rua são, acima de tudo, uma categoria sociológica no Brasil:

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Entre Foucault (1967) e DaMatta (1997) pode-se, assim, inferir que a casa é produto do que está de fora, ou seja, ela só é, porque existe a rua. De forma metafórica, o “eu” se constitui em oposição à existência do outro. A casa, portanto, não se relaciona apenas a uma esfera física, passível de métrica, mas também “por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições. Nesse sentido, o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a unidade que surge como foco de oposição ou de contraste”. (DAMATTA, 1997, p. 9) Ao se constituir em uma espécie de conjunto sociodinâmico, deve se pensar em suas ramificações para outras espacialidades e por intermédio de acionamentos identitários. Assim, ainda se faz presente a noção de família:

Desse modo, a família pode ser a unidade mais importante e o sujeito da maioria dos processos sociais básicos de um sistema, mas, uma vez que as rotinas diárias venham a ser modificadas – e é precisamente isso que a ação ritual-, ela pode ser substituída por um partido ou instituição política se a cerimônia é cívico-política; por um clube, se o cerimonial é esportivo; por uma associação voluntária, presa a um espaço básico da cidade (como o seu sistema de bairros), se o ritual é uma festa popular como o carnaval. Do mesmo modo, existem variações em termos de sujeitos ou focos do ritual. (DAMATTA, 1997, p. 26)

Nesse contexto, a casa torna-se a “República x”⁴, ou a república é “minha casa em Ouro Preto”, do mesmo modo os “moradores são a minha família”, ou mais abrangente, “nós (republicanos) somos uma grande família”, mantidos e unidos pela “tradição republicana”. Assim, se a República é sinônimo de casa, ou de sua extensão, ela é também o lugar em que se operacionaliza o controle sobre os corpos e sobre as relações socioafetivas. Ela é, sobretudo, um lugar de relações de poder e consiste em ambiente moral como a casa, ou seja, um espaço de heterossexualidade, já que a moral, como afirma Louro (2004), não é e nunca será *Queer*.

4 Trazemos aqui enunciados com os quais nos deparamos durante a nossa vida acadêmica na Ufop.



Ao analisarmos a casa – ou mais especificamente dentro do nosso contexto de estudo, a república –, trazemos à discussão a gramática moral de uma sociedade, como nos infere DaMatta (1997). Por conseguinte, discutimos ainda o acionamento e a (re)apropriação de identidades nessas territorialidades, de modo que a república ganha “gênero” – masculina ou feminina –, sexualidades e outros marcadores identitários. Vamos ao encontro de estudos como o de Perlongher (1987), que analisam as relações entre as territorialidades em congruência com marcadores sociais da diferença.

Nesse sentido, como já discutido anteriormente, não se trata de dizer que essas identidades são produtos fechados em si, mas que elas são inventadas e estão em constante negociação. Interessa-nos, portanto, pensar como acionar essas identidades territoriais, congregando também relações políticas de exclusão, de violência, de resistência e uma gestão do outro, do diferente. Processos esses que serão abordados nas próximas seções.

3. A (re)construção de masculinidade e de heterossexualidade hegemônicas nas repúblicas masculinas federais em três atos

As repúblicas federais de Ouro Preto surgiram da necessidade de moradia dos primeiros estudantes universitários da Escola de Minas e da Escola de Farmácia, nos indos de 1920. (DEQUECH, 1984) Tal processo começou com a ocupação de casas abandonadas no centro histórico, institucionalizadas, posteriormente, pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Atualmente, esse modelo de moradia estudantil conta com 59 casas, totalizando 769 vagas. Cabe ressaltar que o nosso foco maior são as repúblicas masculinas federais, totalizando 49 casas. No entanto, essas moradias, desde sua origem até hoje, são geridas pelos próprios moradores e cada casa possui um regimento interno próprio. Desse modo, esses moradores tornaram-se responsáveis pela seleção dos estudantes que solicitam acesso ao espaço das repúblicas. Para se tornar morador de uma república é necessário que o candidato passe por um processo denominado “batalha”.

3.1 Ato 1: A batalha

No período de batalha, que varia entre 3 e 7 meses, o calouro é chamado de “bicho” (ou bixo⁵). Tem-se aqui a primeira ruptura com uma das identidades⁶ do sujeito: ele não será mais

5 Geralmente, nas placas dos bichos/bixos, a palavra é grafada com “x”, por isso, neste trabalho, optamos por utilizar a forma “bixo”, não sendo, portanto, um erro de ortografia.

6 Identidades no plural, na esteira das obras de Hall (1980), entendendo que somos múltiplos e instáveis, e que nossas identidades são (re)construídas em processos contínuos de relações de poder durante a nossa vida.



tratado pelo seu nome. Durante todo o processo, o bixo ocupa dentro da república a posição hierárquica mais baixa, ou melhor, ele não está sequer na pirâmide hierárquica da república. É possível traçar a seguinte ordenação entre os moradores: os semi-bixo – morador recentemente escolhido, responsável por delegar funções e controlar o ritual de batalha dos outros bixos –, os moradores propriamente ditos (o grau de hierarquia entre estes é pautado pelo período de entrada e de escolha na casa) e o decano – morador mais antigo da casa, aquele que está no nível mais alto de comando e a quem todos devem respeito e obediência.

Em algumas repúblicas, a raspagem dos cabelos para os bixos é obrigatória e funciona como símbolo de autoidentificação do bixo no contexto universitário. Ocorre que, nesse processo, o bixo precisa se alinhar às normativas, ditas “qualidades”, de morador: uma intensa negociação de identidades⁷ vinculadas às características de masculinidades hegemônicas, em detrimento de masculinidades subalternas⁸. Nesse contexto, são “obrigações” para ser considerado um “bom bixo”: colocar a república em primeiro lugar, até frente às obrigações da universidade; fazer uso de bebidas alcoólicas como marca de socialização; valorizar o sexo, em detrimento do afeto; conquistar o maior número de parceiras sexuais; desenvolver outras práticas eróticas-afetivas heteronormativas.

Assim, ao negociar com os moradores a sua nova identidade, constituída durante a batalha, o candidato será catado (terá sua permanência na república negada) caso “falhe” no processo de batalha, ou será escolhido caso obtenha sucesso. Quando escolhido, o bixo torna-se morador da casa e recebe um apelido por meio do qual passa a ser reconhecido por todos os republicanos. Nessa etapa, o morador precisa entender que agora é parte de algo maior, no sentido de que ele não apenas se autorrepresenta, mas representa também a sua casa, a sua república. Ele não é tão somente o “fulano”, mas o fulano da “república x”. Aqui a identidade coletiva constantemente (re)configura a individual. Ou ainda, na perspectiva de Perlongher, identidade e territorialidade passam a serem tidas como sinônimos, intrínsecas. Desta forma:

em vez de falar de identidades passamos a falar de territorialidades, de lugares geográficos e relacionais. Isto nos convida a conceber uma trama de “pontos” e “redes” por entre as quais circulam (“transformam-se”) os sujeitos, definindo-se conforme sua trajetória e posição “topológica” na rede, e não conforme uma suposta identidade essencial. O conceito de identidade dá lugar ao de territorialidade, à pergunta “quem é?” superpõe-se a pergunta “onde está?”. (1993, p. 143)

7 Para além, assim como Bhabha (2001), pensamos que identidades são negociadas em níveis desiguais de poder, processo de conflito, relacional e situacional com o outro.

8 Não estamos inferindo que exista uma masculinidade hegemônica dada, essencial, como pontuaram Connel e Messerschmidt (2013), mas que há um processo contínuo de construções de masculinidades padronizadas, ou, hegemônicas de homem ocidental branco, principalmente, em conflito com outras formas, de ser visto ou lido como homem. Assim, pensamos nas discursivas distintas de masculinidades vinculadas aos homens de cor, de culturas subalternas, dos colonizados em relação/conflito aos homens brancos europeus, dos homens modernos das classes médias e ricas etc. (KIMMEL, 1998).



Adiante, por vezes, as nomeações feitas por meio dos apelidos fazem menção a características físicas e sociais atribuídas ao novo morador. Com o uso, nesses casos, de um certo sentido conotativo dos termos empregados, os apelidos fazem alusão à cor, à estatura, à algum atributo físico ou estético não-standard do sujeito nomeado. Os apelidos também podem ser definidos por meio de situações que o morador venha a passar dentro do seu período de batalha, a partir da personalidade dele ou por questões subjetivas a ele atribuídas. Os nomes, nesse contexto, carregam traços de intencionalidades, sendo possível, assim, perceber o uso por parte dos republicanos da (re)produção de marcadores sociais da diferença em seus significados.

3.2 Ato 2: “O social”

O processo de batalha, como vimos anteriormente, é fundamental para a negociação da nova identidade que o bixo terá ao se tornar morador. Contudo esse não é um processo único. Já inserido no contexto republicano, as demais sociabilidades serão cerceadas pela manutenção do morador heterocentrado. Nem mesmo a festa que, pela sua efemeridade, em muitos casos (re)codifica as normativas de se portar, ser ou agir (PEREZ, 2011), escapa da heterossexualidade compulsória. O social (a social ou rock) é exemplo disso.

Essa festa – chamada de ‘social’ pelos republicanos – possui dois objetivos: um de caráter socioafetivo, para estreitar os laços com outros republicanos; e outro de cunho ‘sexoafetivo’. O que demarca esses dois tipos de “social” são o gênero e o desejo, ou melhor, os sociais que ocorrem entre repúblicas masculinas têm o objetivo exclusivo de socialização entre seus moradores, para se divertirem e “beberem juntos”. Em contrapartida, no social “tradicional” – que acontece entre repúblicas masculinas e femininas –, para além da socialização, o que se tem em jogo é a possibilidade de relações sexuais/afetivas. Não há, nesse sentido, um social entre repúblicas masculinas com interesse sexual mútuo, havendo, portanto, apenas um desejo heterossexualizado operando na escolha de com quem podem ou querem realizar a festa.

Seguiremos analisando o social “tradicional”, ao passo que ele é o que contribui para o nosso entendimento do regime heterossexual dentro das repúblicas federais masculinas. Como dito anteriormente, a necessidade para que ocorra tal evento requer um desejo acionado em algum momento, ou em razão de alguma circunstância. Assim, é comum e corriqueiro os sociais com repúblicas que a muito tempo possuem vínculos socioafetivos, incluindo aqui até mesmo uniões matrimoniais entre moradores já formados, bem como por questão da proximidade física (geográfica) entre as repúblicas. Acontece, sobretudo, pela questão do desejo: se determinado



morador de uma federal masculina percebe⁹ que em outra república feminina tem possíveis parceiras sexoafetivas, ele comunicará aos demais moradores e a partir daí tentarão marcar o social com a república em questão. Isso também ocorre quando moradoras de uma casa feminina tem interesse em moradores de uma casa masculina. Não obstante, é usual ainda que, caso surja o interesse em marcar um social com determinada república, os moradores pegarem algum objeto da “casa-alvo”. Pode ser por exemplo: a plaquinha, a bandeira, ou o quadrinho de ex-alunas(os). Assim, para “resgatar” o objeto, é necessário um social entre as casas.

Adiante, no social, geralmente as repúblicas masculinas pagam a cerveja e as femininas fazem alguma comida, mas também pode ocorrer o inverso. Há ainda um dia da semana usual para o evento, ao passo que sexta-feira é o “dia de social”. O interessante aqui é que, dentro do contexto republicano, uma república com muitos sociais marcados é uma casa com credibilidade frente aos demais republicanos. Isso se aplica tanto às repúblicas federais masculinas e femininas quanto às particulares.

Quando se marca um social, é algo quase implícito que os envolvidos irão se relacionar erótica e afetivamente, de modo que, em muitos casos, há uma certa pressão para esse tipo de vínculo. A forma como essa “pressão” apresenta-se parece também ser marcada pela questão de gênero. Na república feminina, é posto de forma subjetiva que as moradoras devem estar suscetíveis a possíveis investidas dos moradores da masculina, bem como atraentes para a ocasião. Há, inclusive, uma regra estabelecida (em algumas repúblicas): se uma moradora acima na hierarquia tem algum interesse ou já se relacionou com um morador de uma república masculina em específico, ele não estará disponível para as demais. De outra maneira, os moradores da masculina são pressionados a conquistar e investir nas moradoras da feminina, mostrando que são viris e sexualmente ativos. A conquista precisa ser demarcada e aqueles moradores com o número maior de sucesso nesse processo são também bem-vistos pelos demais.

Por fim, o que a festa mostra é a construção de uma sociabilidade delimitada pelo desejo hétero, ao passo que não se nota outra forma de afeto/sexo possível nesse ambiente/ocasião. A heteronormatividade é, assim, parte da dimensão espacial (SILVA, 2009). Não há homoafetividade, biafetividade ou outro afeto distinto do padronizado operando tanto na escolha quanto no evento em si. A heterossexualidade está, então, naturalizada neste contexto.

9 Vale destacar que na contemporaneidade das redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter etc. – esse processo de interação se torna muito mais dinâmico e com um escopo muito maior. Exemplos disso são facilmente visualizados nas páginas e grupos “Spotted” no Facebook.



3.3 Ato 3: “O perfil do morador”

Podemos dizer que até aqui já é possível perceber as repúblicas federais masculinas como espaços heterocentrados, à medida que constituem ambientes morais da conduta macro da sociedade em que a heterossexualidade é um regime político. (WITTIG, 1992) Contudo, se a República é “hétero”, masculina ou de outro caráter identitário, ela o é, principalmente, porque a “tradição republicana” a construiu assim. Os vínculos socioafetivos escolhidos coletivamente pelos seus moradores são esses. A identidade é, sobretudo, um dispositivo político, como assegura Foucault (1988) e aprofundam Paul B. Preciado¹⁰ (2011) e Judith Butler (2002).

Adentramos, por conseguinte, ao “perfil do morador”. O “perfil” é colocado como algo genérico quando se quer, durante a batalha, “catar” o bixo. Em outras palavras, é explicado que cada república possui um “perfil” que pode ser entendido como identidade. Caso a identidade não seja performada ou absorvida pelo bixo, é necessário excluí-lo do processo de batalha. Da mesma maneira, essa identidade funciona ainda como justificativa para alertar (no sentido de preparar) uma pessoa que venha a ingressar na batalha em determinada república, mesmo se tratando de uma moradia estudantil pública. Essa regra está enraizada não só dentro das repúblicas, mas também pelas práticas e discursos que garantem privilégios a determinado grupo de estudantes, em detrimento da exclusão de outros, promovidos pela própria universidade, ao passo que parte dos seus membros (corpo docente e administradores) são ex-alunos das repúblicas federais. Assim, legitimam-se falas como a do então coordenador de Gestão de Pessoas e assessor da Reitoria para Assuntos de Repúblicas Federais da Ufop, o Prof. André Lana, que declarou em entrevista ao G1 no dia 31 de março de 2015:

A gente não enxerga [a república] como política para pessoas de baixa renda. A gente vê a república como parte da formação socioafetiva, cidadã do aluno. Isso, talvez, quem precise mais sejam os filhos únicos de pais abastados, que precisam ter esta noção. Por isso que a gente entende que a escolha por afinidade faz parte desse processo educativo. O que a gente tem obrigação é coibir abuso de qualquer tipo.

Ao delimitar um perfil, tanto pela fala de alguns gestores, como pelas sociabilidades postas como “tradição republicana”, o que se percebe é um processo de exclusão. Afinal, e os outros estudantes excluídos desse espaço/vivências? E aqueles “[...] corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”? (BUTLER, 2003, p. 23) E os estudantes que, desviados dos padrões sexuais e de gêneros, cujas práticas e performatividades, reiteradamente, subvertem¹¹ as relações heterocentradas: gays afeminados, transviados, bissexuais, não-binários, homens transgêneros e héteros que não performam

10 Os textos de Paul Preciado (2002, 2011) citados neste trabalho foram publicados quando ele ainda se identificava como Beatriz Preciado. Contudo, o filósofo transgênero, inicia sua transição em 2014 e a partir de 2015 torna-se Paul B. Preciado. Portanto, neste artigo iremos utilizar o nome retificado pelo autor.



masculinidades a partir da heteronorma? Onde ficam suas narrativas no processo de exclusão dentro das repúblicas que fazem parte do programa de moradias estudantis da sua universidade?

Essas pessoas são, sobretudo, o outro lado do espaço. Retomando a dicotomia aqui pré-estabelecida – rua x casa –, eles são a rua, não estão na casa, mas dão a ela certo sentido de existência. A identidade de republicano, ou perfil de republicano, é uma tentativa de não ser o outro, ou de não o reconhecer enquanto parte de mim, o medo e o desejo de se reconhecer enquanto diferente. Recuperando Foucault, em *História da sexualidade*, temos a construção histórica e discursiva do sujeito homossexual, e nessa personificação “[...] nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade”. (1988, p. 50) Nesse ensaio, o autor aponta que o homossexual é delimitado a partir do heterossexual, ou seja, ambas as identidades passam a coexistir de forma hierárquica, mas dependendo uma da outra para sua representação e materialização. Essa negação da sexualidade desviante enquanto constituinte do espaço republicano pode ser vista, por exemplo, no relato de Cláudio Ribeiro, então calouro de Engenharia Metalúrgica da Ufop, ao Portal G1 de notícias:

Quando eu passei no curso, recebi vários e-mails de repúblicas me convidando para morar nas casas. Na matrícula, me deram folhetos, me chamaram pra tomar um café. Aí eu visitei oito repúblicas particulares e federais. Quando eu disse que era gay, a coisa mudou. No mesmo dia recebi mensagens de todas dizendo que a vaga já havia sido preenchida, que eu não tinha perfil. Uma até disse que o estatuto da casa não permitia gays.

Sendo assim, as repúblicas adquirem uma identidade heterossexual, mediante a um processo de negociação em que as sociabilidades passam a estar heterocentradas e em contraste às outras sexualidades consideradas desviantes. Essa delimitação tende, portanto, a excluir o seu oposto desviante, afinal, como afirma Louro (2009), as pessoas que rompem com as normas sociais e culturalmente estabelecidas sobre o corpo, o gênero e a sexualidade

[...] poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); **ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos.** (LOURO, 2009, p. 90, grifo nosso)

São justamente essas práticas apontadas pela autora ora citada que acontecem com os estudantes LGBTs em Ouro Preto. No entanto, como se tratam de relações de poder, há resistências aos diversos processos de exclusão. Afinal, segundo Foucault (1985), onde há um poder hegemônico, a resistência a ele coexiste, mesmo porque, para esse autor, o poder é uma

11 Entendemos aqui a agência dessas pessoas atreladas à subversão, indo ao encontro de Preciado (2002) e Butler (2003), à medida que elas corporificam dentro das normas rupturas, modos outros de ser/agir. Isso não significa dizer que seus corpos não sejam marcados pelo contexto hétero compulsório, mas que eles tendem a subvertê-los, a se desterritorializarem, numa visão deleuzeana (1997).



relação de enfrentamento e de luta. Essas resistências são, em boa parte, manifestações de grupos LGBTs e feministas da Ufop, que têm como principal objetivo denunciar as violências de gênero e a LGBTfobia dentro das repúblicas federais masculinas de Ouro Preto.

Um exemplo dessa resistência foi o caso do movimento ‘Bixchaço’ que, em março de 2015, a partir do relato de homofobia vivenciada pelo estudante José¹², culminou em dois dias de manifestações, protestos e performances na Universidade Federal de Ouro Preto. Integrantes do movimento, em novembro de 2015, entregaram também à então reitora e ao vice-reitor da Universidade um manifesto em que cobravam o direito à moradia e o combate à LGBTfobia na Instituição¹³. Contudo, apenas informativos foram produzidos pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis a respeito do tema (até onde temos conhecimento).

Nos últimos anos, tem sido divulgada uma série de denúncias de violências: agressão, abuso sexual etc. dentro das repúblicas, por parte de seus moradores, principalmente, contra mulheres e LGBTs. No entanto, o perfil de morador ideal se mantém, mesmo que alguns moradores comecem, bem timidamente, a subverter essa dinâmica sociocultural – destacam-se nesse processo as repúblicas federais femininas.

Em sua defesa, os moradores das repúblicas federais dizem que as Repúblicas fazem parte de uma tradição que se funde à própria constituição da Universidade e que estão apenas fazendo a manutenção da “tradição republicana”. Muitos constroem ainda um embate de nós (republicanos) contra os outros estudantes (que querem acabar com as repúblicas). Essa dicotomia sequer analisa questões cruciais como a naturalização de gênero e da heterossexualidade dentro das repúblicas federais de Ouro Preto. Por fim, essa territorialidade continua a se constituir enquanto um lugar “hétero”, um espaço que aciona identidade sexual para perpetuar o que chamam de “tradição”.

4. Considerações finais

De acordo com Oushiro (2018, s/p), com a sua visão de sociolinguísta,

a sabedoria popular nos diz para não julgar um livro pela capa. Mas quando ouvimos alguém – ao telefone, no corredor, ou que está sentado atrás no ônibus –, imediatamente temos uma impressão da pessoa: homem ou mulher, gay ou hétero, jovem ou velho, de classe alta ou baixa. Deliberadamente ou não, tais impressões podem se traduzir em inferências [...]

12 Fazemos uso de um nome fictício bastante comum, José, para não expor, em nosso trabalho, um sujeito específico.

13 Segue link informativo do setor de Comunicação da Ufop sobre a reunião: <https://bityli.com/Zly38>.



À medida que fazemos parte de determinados ciclos sociais, a tendência é que tenhamos formas de dizer e de significar próprias do grupo do qual fazemos parte. Contudo, a linguagem utilizada em uma esfera social, ao mesmo tempo que aproxima os membros daquele grupo, distancia as pessoas que não fazem parte dele.

Nesse sentido, as Repúblicas Federais Masculinas de Ouro Preto representam de forma explícita esse contexto de aproximação de pessoas que comungam – mesmo que para isso precisem abrir mão de alguns preceitos e vontades – de ideais e práticas semelhantes. Ao mesmo tempo representa, também, um ambiente de segregação e exclusão daqueles que não se encaixam naquele padrão pré-estabelecido. Vale destacar também, embora não seja o foco deste trabalho, que até a noção de “bem público”, já que se trata de repúblicas federais, sofre uma certa deturpação.

Os atos apresentados neste artigo revelam práticas reais de ingresso em muitas Repúblicas Federais de Ouro Preto. Essas e outras ações deixam cada vez mais claro que o ambiente acadêmico (e os ambientes relacionados à academia) são fortemente marcados por uma cultura elitista, machista, sexista, LGBTfóbica. Não queremos, entretanto, impor (como dizem os opressores) nosso ponto de vista e nem destacar práticas de uma república em específico. Assim, as críticas, que por ventura surgirem, desde que bem fundamentadas, são muito bem-vindas.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. 1. ed. Recife: Bagaço, 2008.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BUTLER, J. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R. M. M. *Sexualidades transgressoras: uma antologia de estudos queer*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002. p. 55-80.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, v. 21, n. 1: 241-242, 2013.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.



- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DEQUECH, D. *Isto dantes em Ouro Preto: crônicas*. Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1984.
- FOUCAULT, M. *De outros espaços*. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études. Architecturales, 14 mar. 1967.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1970.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhte. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FREHSE, F. *A rua no Brasil em questão (etnográfica)*. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, n. 2, p. 99-129, 2013.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: Eduff, 1997.
- HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade: o mito da desterritorialização*. Niterói: Eduff, 2004.
- HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 103-133.
- HALL, S. *Articulation and Societies structured in dominance – Sociological theories: race and colonialism*. Paris: Unesco, 1980.
- HEIDRICH, Á. L. Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In: HEIDRICH; Á. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (org.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013. p. 52-61.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 9, p. 103-17, 1998.
- LEFEBVRE, H. *Del' État 4: les contradictions de l' État moderne*. Paris, UGE, 1978.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de



Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2009. p. 85-93.

OUSHIRO, L. É possível saber a classe social de uma pessoa só de ouvi-la?. *Roseta*, Campinas, 2018.

PEREZ, L. F. *Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil*. Porto Alegre: Medianiz, 2011.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PERLONGHER, N. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, p. 137-144, 1993.

PIMENTEL, T. 'Batalha de vagas' espanta calouros de repúblicas federais de Ouro Preto. Portal G1 de Notícias, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/03/batalha-de-vagas-espanta-calouros-de-republicas-federais-de-ouro-preto.html>>. Acesso em: 08 de jan. de 2018.

PIMENTEL, T. Alunos fazem 'bichaco' na Ufop contra homofobia nas repúblicas estudantis. Portal G1 de Notícias, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/03/alunos-fazem-bichaco-na-ufop-contr-homofobia-nas-republicas-estudantis.html>>. Acesso em: 08 de jan. de 2018.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRECIADO, P. B. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid, Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, v. 11, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: SILVA, J. M. (org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 133-150.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e identidade. *Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros*, Três Lagoas, p. 126-148, 2007.



WITTIG, M. On the Social Contract. In: The Straight Mind and Other Essays. Boston: Beacon Press, 1992, p. 33-45.

